Publicado na Folha de S.Paulo em 23/03/2022.

magnetis

Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Valores em R$ 1.000

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$1.520 mil. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital**: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Magnetis DTVM mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais da Magnetis DTVM, que são apurados mensalmente e, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	NE	31/12/21	31/12/20
Circulante		**7.786**	**5.789**
Disponibilidades	4	**4.754**	**1.398**
Instrumentos Financeiros		**3.007**	**4.390**
Títulos e valores mobiliários	5	2.956	4.390
Rendas a receber		44	–
Negociação e intermediação de valores		7	–
Outros Ativos		**25**	**1**
Outros créditos - Diversos		25	1
Não Circulante		**6**	**–**
Imobilizado de Uso	3.4	**6**	**–**
Outras imobilizações de uso		6	–
Total do Ativo		**7.792**	**5.789**

Passivo	NE	31/12/21	31/12/20
Circulante		**4.874**	**1.351**
Instrumentos Financeiros		**4.798**	**1.333**
Depósitos	6.1	4.798	–
Negociação e intermediação de valores	6.2	–	1.333
Outros Passivos		**76**	**18**
Fiscais e previdenciárias		33	2
Diversas	6.3	43	16
Patrimônio Líquido		**2.918**	**4.438**
Capital:	9.1	4.100	4.100
De domiciliados no país		4.100	4.100
Reservas de capital		37	37
Reservas de lucros		–	301
(Prejuízos acumulados)		(1.219)	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**7.792**	**5.789**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2º - Sem-21	2021	2020
Receitas de Intermediação Financeira		**139**	**196**	**59**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		139	196	59
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**139**	**196**	**59**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(563)**	**(1.716)**	**(237)**
Receitas de prestação de serviços		142	142	–
Outras despesas administrativas	10	(661)	(1.783)	(221)
Despesas tributárias		(48)	(78)	(16)
Outras receitas operacionais		4	4	–
Outras despesas operacionais		–	(1)	–
Resultado Operacional		**(424)**	**(1.520)**	**(178)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**(424)**	**(1.520)**	**(178)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	**–**	**–**	**(3)**
IRPJ - Ativo fiscal diferido		–	–	(2)
CSLL - Ativo fiscal diferido		–	–	(1)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		**(424)**	**(1.520)**	**(181)**
Nº de cotas..:		**4.100.000**	**4.100.000**	**4.100.000**
Lucro/(Prejuízo) por cota ....R$		**(0,10)**	**(0,37)**	**(0,04)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º - Sem-21	2021	2020
Resultado Líquido do Semestre/Exercício	**(424)**	**(1.520)**	**(181)**
Resultado Abrangente	**–**	**–**	**–**
Resultado Abrangente Total	**(424)**	**(1.520)**	**(181)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º - Sem-21	31/12/21	31/12/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	**(424)**	**(1.520)**	**(181)**
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	(2)	(3)	3
Provisão (reversão) de impostos diferidos	–	–	3
	(426)	(1.523)	(175)
Variação de Ativos e Obrigações	4.072	4.885	(3.043)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	1.114	1.386	(4.393)
(Aumento) redução em ativos fiscais diferidos	–	–	3
(Aumento) redução de outros ativos	(5)	(22)	(1)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	3.738	3.465	–
Aumento (redução) em outros passivos	(773)	58	1.348
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2)	(2)	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.646**	**3.362**	**(3.218)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	–	(6)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**(6)**	**–**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	–	–	3.132
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**–**	**–**	**3.132**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.646**	**3.356**	**(86)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.108	1.398	1.484
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.754	4.754	1.398

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre de 01/07/2021 a 31/12/21	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Semestre em 01/07/21	4.100	37	194	107	(1.096)	3.342
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	(424)	(424)
Destinações:	–	–	(194)	(107)	301	–
Reserva Legal/Estatutária	–	–	(194)	–	194	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	(107)	107	–
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/21	4.100	37	–	–	(1.219)	2.918
Mutações do Semestre:	–	–	(194)	(107)	(123)	(424)

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	4.100	37	194	107	–	4.438
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	(1.520)	(1.520)
Destinações:	–	–	(194)	(107)	301	–
Reserva Legal/Estatutária	–	–	(194)	–	194	–
Reserva especial de lucros	–	–	–	(107)	107	–
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	4.100	37	–	–	(1.219)	2.918
Mutações do Exercício:	–	–	(194)	(107)	(1.219)	(1.520)

Exercício de 01/01/20 a 31/12/20	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Exercício em 01/01/20	968	37	194	288	–	1.487
Aumento de capital	3.132	–	–	–	–	3.132
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(181)	(181)
Destinações:	–	–	–	(181)	181	–
Absorção de prejuízos com reservas				(181)	181	–
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/20	4.100	37	194	107	–	4.438
Mutações do Exercício:	3.132	–	–	(181)	–	2.951

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), foi constituída por tempo indeterminado de duração, e tem como objeto social **(a)** a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regularmente expedidas pelas autoridades competentes; e **(b)** a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29/05/2020 e Resolução Bacen nº 02/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; Circular Bacen nº 3.959/19 - CPC 41 - Resultado por Ação; Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do valor justo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 21 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "*pro rata*" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidades

São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base *"pro rata die"*.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos mantidos até o vencimento

são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência "pro rata die".

Títulos para negociação

considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda

não são classificados como "títulos para negociação" ou como "mantidos até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados *"pro rata"* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais contas;

3.6. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta-Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Distribuidora é tributada pelo Lucro Real, o encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R$240 no ano. A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de: a) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021; b) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021; c) 15% a partir de 01/01/2022. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos *("impairment"),* a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.10. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

3.11. Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.12. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades - depósitos bancários	253	1.398
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a)	4.501	–
Total	**4.754**	**1.398**

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R$ 4.501 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreados em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

		31/12/2021			
Papel	**Categoria**	**Sem vencimento**	**Até 1 ano**	**Valor de mercado**	**Valor de curva**
Carteira Própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**Títulos para negociação**	–	2.370	2.370	2.370
Cotas de Fundos de Investimento (a)	**Títulos para negociação**	586	–	586	586
Total		**586**	**2.370**	**2.956**	**2.956**

		31/12/2020			
Papel	**Categoria**	**Sem vencimento**	**Até 1 ano**	**Valor de mercado**	**Valor de curva**
Carteira Própria		**1.209**	**3.181**	**4.390**	**4.393**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**Títulos para negociação**	–	3.181	3.181	3.184
Cotas de Fundos de Investimento (a)	**Títulos para negociação**	1.209	–	1.209	1.209
Total		**1.209**	**3.181**	**4.390**	**4.393**

(a) Os Fundos de investimentos estão descritos abaixo:

Tipo de papel	Quantidade de quotas	Valor unitário	31/12/2021	31/12/2020
Cotas de fundos mútuos de renda fixa				
Magnetis Selic FIRF (b)	501.887,35195400	1,05570960	530	1.108
Itaú Trust DI	204,61449	276,9147130	56	–
Itaú Premium Referenciado	–	–	–	101
Total	**–**	**–**	**586**	**1.209**

(b) As demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2020, do Fundo Magnetis Selic FI RF, foram emitidas em 10 de dezembro de 2021, sem modificação de opinião. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), a ajustados a valor de mercado. As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício, e estão custodiadas na Administradora do Fundo. Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados reversão dos ajustes de valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos para negociação no montante de R$ 2 (ajustes de valor de mercado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 3), os quais foram reconhecidos em contrapartida do resultado.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVOS

6.1. Depósitos:

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos disponíveis de clientes (a)	4.798	–
Total	**4.798**	**–**

(a) Refere-se a recursos recebidos dos clientes em período no qual não foi possível fazer a aplicação imediata devido ao horário e a data de final de ano na qual o mercado estava fechado para novas aplicações.

6.2. Negociação e intermediação de valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Credores conta de liquidação pendentes (a)	–	1.333
Total	**–**	**1.333**

(a) Refere-se a diferencial a liquidar com clientes pelas operações realizadas de distribuição de títulos, cuja liquidação ocorre, substancialmente, em até dois dias úteis.

6.3. Diversas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de outras despesas administrativas	40	13
Valores a pagar a sociedades ligadas (ver Nota Explicativa nº 7)	3	3
Total	**43**	**16**

7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora tem saldo a pagar para a parte relacionada "Magnetis Gestora de Recursos Ltda.", referente pagamento de despesas e tributos no montante de R$ 3 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2020).

8. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

8.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Distribuidora não possuía quaisquer ativos contingentes.

8.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia processos classificados com risco de perda provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital social

O capital social no montante de R$ 4.100 (R$ 4.100 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 4.100.000 cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas por quotistas domiciliados no país. Em 10 de julho de 2020 foi deliberado pelos quotistas o aumento de capital social de R$ 968 para R$ 4.100, no montante de R$ 3.132 com a emissão de 3.132.000 novas cotas. Em 05 de agosto de 2020, pelo ofício 17285/2020-BCB/DEOR/GTSP1 o Banco Central aprovou o aumento de capital social da Distribuidora.

9.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas de "Capital" e de "Lucros". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal", é destinado à constituição da "Reservas especiais de lucros", permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação. A destinação das reservas é realizada no final do exercício social. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram revertidos de reservas especiais de lucros o montante de R$ 107 (R$ 181 em 31 de dezembro de 2020) para absorção do saldo de prejuízo do exercício. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram revertidos de reservas legal o montante de R$ 194 para absorção do saldo de prejuízo do exercício.

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços técnicos especializados	(187)	(122)
Serviços do sistema financeiro/Custódia CETIP	(129)	(50)
Publicações	(24)	(18)
Processamento de dados (a)	(1.307)	(23)
Aluguéis	(73)	(6)
Diversas	(63)	(2)
Total	**(1.783)**	**(221)**

(a) Em 31 de dezembro de 2021, na rubrica processamento de dados foram registrados, basicamente, valores referentes a licença de software e suporte técnico de R$ 1.307 (R$ 23 em 31 de dezembro de 2020).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(1.520)**	**(178)**
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	(3)	4
Base de cálculo	**(1.523)**	**(174)**
Contribuição social - 15%	–	–
Imposto de renda - 15%	–	–
IRPJ - 10% parcela adicional	–	–
Reversão de saldo de IRPJ e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	–	(3)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	**–**	**(3)**

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R$ 1.705 (R$ 182 em 31 de dezembro de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

12. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Corretora não apresentou resultado não recorrente, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado Recorrente	**Resultado não Recorrente**	**Total**	**Resultado Recorrente**	**Resultado não Recorrente**	**Total**
Resultado Operacional	(1.520)	–	(1.520)	(181)	–	(181)
Lucro (prejuízo) do Exercício	**(1.520)**	**–**	**(1.520)**	**(181)**	**–**	**(181)**

13. GERENCIAMENTO DE RISCO

13.1 Visão geral

A Distribuidora está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

13.2 Estrutura de gerenciamento de risco

A Distribuidora possui a estrutura de gerenciamento de riscos de acordo com as regulamentações no Brasil e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Distribuidora. O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores uma visão global das exposições da Distribuidora, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

13.3 Governança de risco e capital

No processo de governança de riscos e capital, a Distribuidora estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

14. ACORDO DE BASILEIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 foi de 1.035,36% (1.011,35% em 31 de dezembro de 2020).

15. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Distribuidora não presta garantias e compromissos a terceiros.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES: COVID-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença que estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus (Covid-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. A Diretoria da Magnetis DTVM Ltda. está monitorando os eventos econômicos relacionados à pandemia provocada pelo novo "coronavírus" e coordenando suas respostas operacionais com o acionamento dos planos de continuidade de negócios existentes, respeitando-se as orientações dos órgãos governamentais e de saúde, dos reguladores do mercado financeiro e de capitais.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2021 não houve eventos subsequentes que impactassem as demonstrações financeiras até a emissão do relatório de auditoria.

A DIRETORIA

Maycon Siqueira Paixão - Diretor

CONTADOR

Reinaldo Dantas - CRC 1SP 110330/O-6

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações Financeiras: Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 16 de março de 2022. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Grant Thornton

São Paulo, 21 de março de 2022

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Benazzi Arteiro
CT CRC 1SP-273.332/O-9